

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Com relatório dos auditores independentes

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	09

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	12
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	13
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	17
6	IMOBILIZADO	19
7	INTANGÍVEL	22
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	23
9	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	24
10	TRIBUTOS.....	27
11	TRIBUTOS DIFERIDOS	27
12	PROVISÕES PARA LITÍGIOS	28
13	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	32
14	PASSIVO A DESCOBERTO	33
15	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	33
16	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE.....	34
17	PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	34
18	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
19	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIOS	35
20	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	39
21	CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
22	CONCILIAÇÃO DO PREJUÍZO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. Santos Mota Filho', is written over the printed name and title.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.2	83.929	464.985	Fornecedores	20	586.810	623.360
Investimentos temporários	9.2	801.916	855.204	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	417.532	652.747
Consumidores	5	1.030.115	972.039	Obrigações sociais e trabalhistas		16.879	22.752
Concessionárias e permissionárias	5	33.442	13.780	Benefício pós emprego	20	80.914	82.304
Serviços em curso		63.825	75.826	Tributos a recolher	10	192.584	298.755
Tributos compensáveis		304.591	455.376	Provisão para litígios	12	390.829	407.326
Depósitos judiciais e cauções	12	4.504	4.714	Encargos setoriais		38.778	78.176
Almoxarifado operacional		17.078	13.143	Passivos financeiros setoriais	8	873.966	671.029
Ativos financeiros setoriais	8	558.544	564.327	Instrumentos financeiros derivativos	9.3 / 20	706	37.737
Despesas pagas antecipadamente		8.951	8.114	Outros passivos circulantes	20	184.869	513.145
Encargos setoriais a compensar		-	3.414	Total do passivo circulante		2.783.867	3.387.331
Instrumentos financeiro derivativos	9.3	1.820	59				
Outros ativos circulantes		205.627	197.783	Passivo não circulante			
Total do ativo circulante		3.114.342	3.628.764	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	5.287.767	3.778.078
				Benefício pós emprego	20	720.421	966.137
Ativo não circulante				Tributos a recolher	10	2.638.250	2.522.099
Consumidores	5	129.560	144.455	Provisão para litígios	12	496.023	490.842
Serviços em curso		37.363	13.038	Encargos setoriais		84.133	39.350
Tributos compensáveis		326.816	341.793	Passivos financeiros setoriais	8	248.840	383.827
Depósitos judiciais e cauções	12	223.823	225.891	Instrumentos financeiros derivativos	9.3 / 20	58.806	43.848
Ativos financeiros setoriais	8	438.244	175.915	Obrigações vinculadas à concessão	13	534.366	550.573
Benefício pós emprego	20	10	-	Outros passivos não circulantes	20	383.434	159.205
Despesas pagas antecipadamente		-	26	Total do passivo não circulante		10.452.040	8.933.959
Bens e direitos para uso futuro		2	2				
Instrumentos financeiros derivativos	9.3 / 20	202.348	23.699	Passivo a descoberto			
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		3.465	3.465	Capital social	14	3.385.861	3.385.861
Imobilizado	6	5.120.440	4.629.556	Reserva de capital		1.570	1.296
Intangível	7	207.914	108.761	Outros resultados abrangentes		(300.425)	(362.893)
Total do ativo não circulante		6.689.985	5.666.601	Prejuízos acumulados		(6.518.586)	(6.050.189)
				Total do passivo a descoberto		(3.431.580)	(3.025.925)
Total do Ativo		9.804.327	9.295.365	Total do passivo e passivo a descoberto		9.804.327	9.295.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de real)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	6.528.535	5.998.211
Fornecimento de energia elétrica		4.954.298	4.850.523
Suprimento de energia elétrica		187.133	150.700
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		617.416	551.203
Ativos e passivos financeiros setoriais		430.367	153.048
Serviços cobráveis		8.810	14.759
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		330.511	248.057
Outras receitas		-	29.921
Tributos		(1.405.841)	(1.254.005)
ICMS		(920.983)	(808.203)
PIS-PASEP		(82.591)	(54.489)
COFINS		(402.117)	(391.284)
ISS		(150)	(29)
Encargos - Parcela "A"		(787.655)	(715.235)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(21.675)	(19.322)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(21.675)	(19.322)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(739.216)	(672.172)
Taxa de fiscalização		(5.089)	(4.419)
Receita líquida / Ingresso líquido		4.335.039	4.028.971
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(3.110.432)	(2.826.022)
Energia elétrica comprada para revenda	20	(2.119.931)	(1.864.442)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20	(990.501)	(961.580)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.224.607	1.202.949
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(994.078)	(971.927)
Pessoal e administradores	17	(118.858)	(230.368)
Material		(20.642)	(9.468)
Serviços de terceiros		(409.256)	(337.898)
Arrendamento e aluguéis		(6.929)	(8.586)
Seguros		(563)	(401)
Doações, contribuições e subvenções		(5.385)	(1.121)
Provisões		(237.723)	(127.617)
Perdas na alienação de bens e direitos		(64.862)	(41.836)
(-) Recuperação de despesas		14.550	12.586
Tributos		(4.600)	(3.803)
Depreciação e amortização		(156.693)	(164.152)
Gastos diversos		(127.393)	(108.811)
Outras receitas operacionais		257.199	151.463
Outras despesas operacionais		(112.923)	(101.915)
Resultado da Atividade		230.529	231.022
Resultado Financeiro		(747.915)	(724.374)
Despesas financeiras	20	(1.543.241)	(1.218.438)
Receitas financeiras	20	795.326	494.064
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(517.386)	(493.352)
Despesa com impostos sobre o lucro		48.989	138.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos		48.989	138.185
Resultado líquido do exercício		(468.397)	(355.167)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(445.539)	(337.835)
Acionistas não controladores		(22.858)	(17.332)
Lucro por ação			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(6,8625)	(5,2035)
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(6,8625)	(5,2035)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de real)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	(468.397)	(355.167)
Outros resultados abrangentes		
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	174.919	(158.994)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	174.919	(158.994)
Total resultados abrangentes	(293.478)	(514.161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes			Total
			Outros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.385.861	722	(767.628)	563.729	(5.695.022)	(2.512.338)
Reclassificação reserva de reavaliação	-	-	(323.090)	323.090	-	-
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	-	-	(158.994)	-	-	(158.994)
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	574	-	-	-	574
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(355.167)	(355.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.385.861	1.296	(1.249.712)	886.819	(6.050.189)	(3.025.925)
Reserva de reavaliação	-	-	-	(112.451)	-	(112.451)
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	-	-	174.919	-	-	174.919
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	274	-	-	-	274
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(468.397)	(468.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.385.861	1.570	(1.074.793)	774.368	(6.518.586)	(3.431.580)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(468.397)	(355.167)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização	3.385	18.035
Depreciação	153.308	146.117
Juros e variações monetárias	758.915	344.162
Baixas no intangível/ ativo imobilizado	28.128	(8.963)
Provisão para perdas de estoques	(14.646)	-
Ativos/passivos financeiros setoriais	(437.819)	(87.971)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	125.368	33.779
Perda líquida com instrumentos financeiros e derivativos	(215.024)	129.864
Rendimentos de investimentos temporários	(107.126)	(126.425)
Obrigações pós-emprego	98.933	97.090
Valor justo das opções de compra	281	5.010
Atualização geração distribuída	1.085	-
Ajuste a valor presente	5.857	(30.833)
Provisão para litígios	183.244	214.625
Outros	118.234	(44.844)
	<u>233.726</u>	<u>334.479</u>
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores	(174.406)	(82.850)
Concessionários e permissionárias	(19.662)	(5.363)
Almoxarifado operacional	(3.935)	31.707
Tributos compensáveis	51.063	3.603
Serviços em curso	(12.324)	(31.785)
Depósitos vinculados a litígios	2.278	(21.687)
Despesas pagas antecipadamente	(811)	(210)
Benefício e obrigações pós emprego	(10)	-
Outros ativos circulantes	(4.430)	(112.233)
	<u>(162.237)</u>	<u>(218.818)</u>
Redução (aumento) de passivos		
Fornecedores	(192.868)	(59.906)
Salários e encargos sociais	(64.219)	(102.565)
Tributos e contribuição social	162.647	377.122
Encargos setoriais	(41.413)	(92.797)
Passivos financeiros setoriais	377.793	14.564
Benefício e obrigações pós emprego	(81.982)	(80.799)
Provisão para litígios	(132.101)	(121.977)
Outros passivos	(277.002)	73.802
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(249.145)	7.444
Encargos de dívidas pagos	(531.457)	(530.554)
Rendimentos de aplicações financeiras	107.126	126.425
CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(601.987)	(281.024)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(703.410)	(469.712)
Intangível	(102.538)	(71.429)
Obrigações vinculadas a concessão	17.166	(8.567)
Resgates (aplicações) financeiros	53.288	(279.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(735.494)	(828.708)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(580.419)	(1.029.581)
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.536.844	2.189.190
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	956.425	1.159.609
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(381.056)	49.877
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	464.985	415.108
No fim do exercício	83.929	464.985
	<u>(381.056)</u>	<u>49.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia, CEEE-D ou Outorgada), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.957.519 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

1.2 Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 330.475 (R\$ 241.433 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram a normalidade a partir de agosto de 2024 e, que os impactos decorrentes do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2024 não comprometeram sua continuidade operacional. Adicionalmente, em 2024 foram realizadas captações para alongamento da dívida nas ordens de R\$ 400.000, referente a empréstimos e financiamentos e de R\$ 500.00, referente a emissão de Debêntures, trazendo maior fôlego para o caixa da Companhia.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia apresentou um resultado regulatório da atividade positivo, devido a melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada (8.480 GWh em 2024 e 8.277 GWh em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o referido resultado foi de R\$ 230.529 (R\$ 231.022 em 31 de dezembro de 2023).

No entanto, a Companhia vem apresentando geração regulatória de caixa operacional negativo de R\$ 588.930 e prejuízo de R\$ 468.397 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 281.024 e R\$ 355.167, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Fortalecimento das ações de cobrança;
- (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado na nota explicativa nº9 – Empréstimos e financiamentos e Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia;
- (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate as perdas em 2024 (230 equipes em 2023), além da expansão do número de ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e
- (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.3 Evento climático

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões. Foram afetados 469 municípios no Estado e dos 72 municípios atendidos pela Companhia, 51 foram afetados, com 226 mil clientes interrompidos no pico do evento. Em função do evento climático, aproximadamente 1.290 unidades consumidoras deixaram de existir, o que representa 0,07% do total de UCs atendidas pela Companhia.

Como consequência do evento climático, a Companhia reconheceu um impacto líquido de R\$ 27.263 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referente a provisões reconhecidas devido a perdas de estoques, baixa de ativos, além de despesas relacionadas a ações comerciais e outros gastos diversos.

A Companhia está em fase de regulação dos valores mais significativos junto às seguradoras, ainda sem previsão de recebimento, considerando que ainda está em andamento as inspeções dos materiais sinistrados e análise da documentação apresentada, com base em suas apólices de risco operacional e de responsabilidade civil. Importante ressaltar que as apólices cobrem de forma integral todos os sinistros identificados, restando apenas a avaliação do valor definitivo a ser recebido. Até o momento, a Companhia registrou R\$ 4.500 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1.092 de 14 de maio de 2024, contendo a flexibilização das regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos comerciais, econômico-financeiros e técnicos. As principais flexibilizações comerciais e financeiras tiveram prazo de duração de 90 dias. Não existem impactos significativos entre esta data e a data de encerramento do exercício de 2024.

1.3.1 Outros eventos climáticos

Em 15 e 16 de junho de 2023, fortes chuvas atingiram o Estado do Rio Grande do Sul e 22% dos clientes atendidos pela Companhia, tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 422 mil clientes. Já em 13 de julho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Estado e 38% dos clientes atendidos pela Companhia tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 730 mil clientes. Em ambas as ocorrências, a Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

Entre 7 e 11 de agosto de 2023, temporais com rajadas de vento de 40 a 70 km/h impactaram no fornecimento de energia para cerca de 150 mil clientes (8% do total de consumidores) e no mês seguinte, outro evento climático com característica similar, porém com maior duração, atingiu cerca de 1,1 milhão de consumidores (58% do total de consumidores) distribuídos em toda área de concessão.

Em 16 e 17 de janeiro de 2024, fortes chuvas atingiram novamente o Estado e 34% dos clientes atendidos pela Companhia tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 651 mil clientes) e em 21 de março de 2024, o Estado foi atingido mais uma vez, por fortes chuvas e rajadas de vento, onde cerca de 43% dos clientes tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 815 mil clientes). A Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

No dia 23 de outubro de 2024, ocorreu um ciclone extratropical, com ventos de velocidade acima de 100 km/h, atingindo 43 municípios e 262 mil clientes atendidos pela concessão da Companhia. A atuação foi bastante rápida, com 92% dos clientes restabelecidos em até 24 horas, por meio de mobilização de 957 equipes, incluindo 151 profissionais de outras distribuidoras do Grupo Equatorial para auxiliar na reconstrução da rede. Não foram identificados impactos financeiros relevantes a serem divulgados.

Para esses eventos climáticos, a Companhia registrou R\$ 12.682 de despesas operacionais referentes a serviços de *call center*, apoio ao atendimento e materiais.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 26 de março de 2025, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de concessão, ICPC 01(R1) – Contrato de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2021. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 2021, com base em Laudo de Reavaliação de 25 de agosto de 2021 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 22 de novembro de 2021.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores correntes							Valores renegociados					2024	2023	
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida					Provisão p/ devedores duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ devedores duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de energia	580.331	5.395	150.402	43.029	76.637	430.833	(458.532)	73.425	222.426	47.941	237.735	(249.947)	1.159.675	1.116.494	
Residencial	186.125	549	107.937	31.742	55.579	303.073	(307.993)	46.241	59.184	15.806	153.687	(149.753)	502.177	467.264	
Industrial	8.190	-	2.515	738	695	10.167	(9.908)	1.340	3.184	406	5.419	(5.789)	16.957	19.814	
Comercial	80.902	105	28.745	7.748	14.863	97.606	(98.615)	19.566	32.341	14.279	72.965	(76.438)	194.067	184.723	
Rural	16.298	3.897	9.354	2.626	4.413	12.220	(15.164)	1.696	24.909	516	4.690	(5.405)	60.050	52.937	
Poderes públicos	11.909	4	1.238	116	91	619	(1.108)	2.592	65.149	4.225	445	(4.497)	80.783	78.625	
Iluminação pública	9.272	840	437	49	970	7.148	(6.687)	1.893	37.641	12.708	529	(8.057)	56.743	67.168	
Serviço público	3.833	-	176	10	26	-	(136)	97	18	1	-	(8)	4.017	9.957	
Serviço taxado	3.668	-	-	-	-	-	(2.073)	-	-	-	-	-	1.595	1.972	
Fornecimento não faturado	240.571	-	-	-	-	-	(5.831)	-	-	-	-	-	234.740	233.299	
(-) Arrecadação processo classif. e outros	19.563	-	-	-	-	-	(11.017)	-	-	-	-	-	8.546	735	
Consumidores total													1.159.675	1.116.494	
Consumidores circulante													1.030.115	972.039	
Consumidores não circulante													129.560	144.455	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	33.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.442	13.780	
Concessionárias e permissionárias total													33.442	13.780	
Total													1.193.117	1.130.274	

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações.

A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Não existem saldos a receber de empresas controladoras, controladas, e coligadas e ligadas, identificadas como partes relacionadas, que estejam vencidos, ou que se encaixem nos critérios de PECLD descritos acima.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2023	Provisões / Reversões	Baixas (a)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(682.085)	41.625	200.849	(439.611)
Parcelamentos	(280.467)	(31.181)	61.701	(249.947)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.474)	643	-	(5.831)
Outras	(5.998)	(129.858)	122.766	(13.090)
Total	(975.024)	(118.771)	385.316	(708.479)

(a) Referente a baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (a)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	7.065.792	-	(175.337)	728.096	-	7.618.551	552.759	(3.696.278)	3.922.273	3.513.591	(788.753)	348.858	(439.895)
Terrenos	49.001	-	-	6.435	-	55.436	6.435	-	55.436	49.001	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	203.817	-	(3.917)	35.475	-	235.375	31.558	(147.861)	87.514	58.251	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	6.723.857	-	(171.420)	686.186	-	7.238.623	514.766	(3.463.469)	3.775.154	3.401.785	-	-	-
Veículos	88.931	-	-	-	-	88.931	-	(84.506)	4.425	4.598	-	-	-
Móveis e Utensílios	186	-	-	-	-	186	-	(442)	(256)	(44)	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(788.753)	348.858	(439.895)
Administração	113.085	-	(2.232)	28.248	3.117	142.218	26.016	(84.030)	58.188	36.316	-	-	-
Terrenos	343	-	-	-	296	639	-	(294)	345	308	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.810	-	(2.156)	7.593	2.821	14.068	5.437	(1.906)	12.162	5.063	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	58.449	-	-	16.124	-	74.573	16.124	(46.185)	28.388	17.804	-	-	-
Veículos	47.929	-	(76)	-	-	47.853	(76)	(35.176)	12.677	12.762	-	-	-
Móveis e Utensílios	554	-	-	4.531	-	5.085	4.531	(469)	4.616	379	-	-	-
Subtotal	7.178.877	-	(177.569)	756.344	3.117	7.760.769	578.775	(3.780.308)	3.980.461	3.549.907	(788.753)	348.858	(439.895)
Ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	1.003.862	741.094	-	(728.096)	-	1.016.860	12.998	-	1.016.860	1.003.862	(94.471)	-	(94.471)
Máquinas e Equipamentos	1.083.008	678.313	-	(686.186)	-	1.075.135	(7.873)	-	1.075.135	1.083.008	-	-	-
Outros	(79.146)	62.781	-	(41.910)	-	(58.275)	20.871	-	(58.275)	(79.146)	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.471)	-	(94.471)
Administração	75.787	75.580	-	(28.248)	-	123.119	47.332	-	123.119	75.787	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	16.108	90.389	-	(16.124)	-	90.373	74.265	-	90.373	16.108	-	-	-
Outros	59.679	(14.809)	-	(12.124)	-	32.746	(26.933)	-	32.746	59.679	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.079.649	816.674	-	(756.344)	-	1.139.979	60.330	-	1.139.979	1.079.649	(94.471)	-	(94.471)
Total do Ativo Imobilizado	8.258.526	816.674	(177.569)	-	3.117	8.900.748	639.105	(3.780.308)	5.120.440	4.629.556	(883.224)	348.858	(534.366)

(a) Referente a adições de Direito de Uso, conforme IFRS 16.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023
		Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo Imobilizado					
Em serviço					
Distribuição	4,04%	7.618.551	(3.696.278)	3.922.273	3.513.591
Custo Histórico		7.618.551	(3.696.278)	3.922.273	3.513.591
Administração	7,42%	142.218	(84.030)	58.188	36.316
Custo Histórico		142.218	(84.030)	58.188	36.316
		7.760.769	(3.780.308)	3.980.461	3.549.907
		Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em curso					
Distribuição		1.016.860	-	1.016.860	1.003.862
Administração		123.119	-	123.119	75.787
		1.139.979	-	1.139.979	1.079.649
		8.900.748	(3.780.308)	5.120.440	4.629.556

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	195	351	53	10	32	641
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	14.622	26.328	3.966	723	(25.078)	20.561
Máquinas e Equipamentos	315.128	342.657	61.957	11.289	37.671	768.702
Móveis e Utensílios	1.198	2.158	325	59	198	3.938
Veículos	304	546	82	15	50	997
Material em Depósito	6.365	-	-	-	-	6.365
Outros	3.619	-	-	-	11.851	15.470
Total	341.431	372.040	66.383	12.096	24.724	816.674

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
CONDUTOR	3,57%
ESTRUTURA (POSTE e TORRE)	3,57%
MEDIDOR INTELIGENTE	7,69%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
MEDIDOR ELETROMECAÂNICO	4,00%
Administração central	
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	16,67%
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
SOFTWARE	20,00%
VEÍCULOS	14,29%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O Decreto nº 10.810, de 27 de setembro de 2021, revogou o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no entanto a Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prever que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço (incluindo transferências do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço) no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>Total</u>
1 EDIFICACAO SEDE PORTO ALEGRE Área const.5.288,40m²	27.560
2 ISOLADOR CAST PORC 85X90MM FURO 20MM	9.364
3 TF-P 138/69/13,8KV 30/40MVA YNYN0D1 LTC	8.230
4 OBRAS CD ELDORADO DO SUL-500000011577	6.832
5 TERRENO	5.767
6 TF-P 138/23,1KV 30/40MVA YNYN0D1 LTC	4.032
7 TF TRIF CDC 69KV 23/13,8KV 30/40/50MVA	3.980
8 TF TRIF CDC 69KV 23/13,8KV 15/20/25MVA	3.846
9 SERVIDOR DE APLICAÇÃO	3.620
10 TF-P CDC 138/69 23/13,8KV 24/32/40M(BLQ)	3.494
Total	76.725

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>Total</u>
1 CONDUTOR	(24.092)
2 EDIFICACOES - CHARQUEADAS	(20.484)
3 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	(18.807)
4 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	(17.374)
5 UMA ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO	(14.281)
6 EDIFICACOES - CHARQUEADAS	(14.096)
7 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	(11.631)
8 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	(11.031)
9 UMA ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO	(10.469)
10 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	(1.943)
Total	(144.208)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Intangível

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	72.246	-	-	2.464	74.710	2.464	(22.736)	51.974	50.311
Servidões	14.702	-	-	391	15.093	391	-	15.093	14.702
Softwares	57.544	-	-	2.073	59.617	2.073	(22.736)	36.881	35.609
Administração	112.934	-	-	7.121	120.055	7.121	(146.937)	(26.882)	(31.419)
Softwares	112.934	-	-	7.121	120.055	7.121	(146.937)	(26.882)	(31.419)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	185.180	-	-	9.585	194.765	9.585	(169.673)	25.092	18.892
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	24.074	6.885	-	(2.464)	28.495	4.421	-	28.495	24.074
Servidões	1.224	628	-	(391)	1.461	237	-	1.461	1.224
Softwares	22.450	6.257	-	(2.073)	26.634	4.184	-	26.634	22.450
Outros	400	-	-	-	400	-	-	400	400
Administração	65.795	95.653	-	(7.121)	154.327	88.532	-	154.327	65.795
Softwares	58.607	93.689	-	(7.121)	145.175	86.568	-	145.175	58.607
Outros	7.188	1.964	-	-	9.152	1.964	-	9.152	7.188
Subtotal	89.869	102.538	-	(9.585)	182.822	92.953	-	182.822	89.869
Total do Ativo Intangível	275.049	102.538	-	-	377.587	102.538	(169.673)	207.914	108.761

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de novembro de 2024 a outubro de 2025, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.413/2024, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Outorgada, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento). As novas tarifas estarão em vigor no período de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Outorgada está com um nível de cobertura contratual de 103,92% em 31 de dezembro de 2024 (106,91% em 31 de dezembro de 2023), quando considerada a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual perfaz 104,62%.

(iii) Outros

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é o seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	227.598	107.782	(21.565)	50.052	48.525	-	412.392	142.182	270.210	171.794	240.598
Aquisição de Energia - (CVA energia)	12.448	208.301	(12.448)	29.092	28.561	-	265.954		265.954	29.146	236.808
Proinfa	-	-	189	-	-	-	189	189	-	189	-
Transporte Rede Básica	154.488	(59.822)	(23.017)	13.204	1.816	-	86.669	83.180	3.489	83.562	3.107
Transporte de Energia - Itaipu	14.085	(7.955)	(3.838)	1.129	2.272	-	5.693	5.693	-	5.693	-
ESS	45.529	(30.507)	1.740	4.374	15.876	-	37.012	37.012	-	37.012	-
CDE	1.048	(2.235)	15.809	2.253	-	-	16.875	16.108	767	16.192	683
Demais ativos financeiros setoriais	512.644	83.328	(157.242)	10.586	135.080	-	584.396	362.424	221.972	386.750	197.646
Neutralidade da Parcela A	20.867	(17.681)	-	(1.824)	-	-	1.362	-	1.362	149	1.213
Sobrecontratação de energia	194.705	(86.537)	(16.889)	9.291	6.510	-	107.080	80.175	26.905	83.124	23.956
Outros	297.072	187.546	(140.353)	3.119	128.570	-	475.954	282.249	193.705	303.477	172.477
Total ativos financeiros setoriais	740.242	191.110	(178.807)	60.638	183.605	-	996.788	504.606	492.182	558.544	438.244

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é o seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(490.613)	195.813	(117.225)	(38.956)	(48.526)	-	(499.507)	(435.481)	(64.026)	(442.498)	(57.009)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(439.938)	181.257	(157.868)	(36.824)	(28.561)	-	(481.934)	(423.547)	(58.387)	(429.946)	(51.988)
Proinfa	(16.265)	(120)	14.867	(909)	-	-	(2.427)	(2.186)	(241)	(2.212)	(215)
Transporte Rede Básica	(2.272)	1.803	207	11	(1.817)	-	(2.068)	(2.068)	-	(2.068)	-
Transporte de Energia - Itaipu	(132)	325	133	(16)	(2.272)	-	(1.962)	-	(1.962)	(215)	(1.747)
ESS	(4.055)	12.548	4.058	(111)	(15.876)	-	(3.436)	-	(3.436)	(377)	(3.059)
CDE	(27.951)	-	21.378	(1.107)	-	-	(7.680)	(7.680)	-	(7.680)	-
Demais ativos financeiros setoriais	(564.243)	(1.520)	340.996	(14.230)	(6.509)	(377.793)	(623.299)	(407.858)	(215.441)	(431.468)	(191.831)
Neutralidade da Parcela A	(78.669)	-	75.850	-	-	-	(2.819)	(2.819)	-	(2.819)	-
Sobrecontratação de energia	-	2.119	-	(457)	(6.509)	-	(4.847)	-	(4.847)	(531)	(4.316)
Outros	(485.574)	(3.639)	265.146	(13.773)	-	(377.793)	(615.633)	(405.039)	(210.594)	(428.118)	(187.515)
Total passivos financeiros setoriais	(1.054.856)	194.293	223.771	(53.186)	(55.035)	(377.793)	(1.122.806)	(843.339)	(279.467)	(873.966)	(248.840)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Princíal curto prazo	Total curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	9.952	-	9.952	1.039.025	1.048.977	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Citibank USD 120 MM	130	-	130	743.076	743.206	Sim	30/06/23	Aval/Fiança	US\$+Sofr	2,19%	30/06/25	Semestral	30/06/26	27/01/27	Anual	Bullet (final)
BOFA USD 48 MM	9.822	-	9.822	295.949	305.771	Sim	06/07/23	Aval/Fiança	US\$	1,09%	07/07/25	Anual	29/01/27	29/01/27	Outros	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	93.828	312.818	406.646	4.246.039	4.652.685	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1ª Nota Comercial	10.233	-	10.233	400.000	410.233	Sim	17/10/22	Aval/Fiança	CDI	1,40%	14/04/25	Semestral	14/10/27	14/10/27	Outro	Bullet(final)
BNDES 2023	551	16.251	16.802	178.764	195.566	Sim	27/09/23	Aval/Fiança	IPCA	7,38%	15/01/25	Mensal	15/01/25	15/12/36	Mensal	SAC
1ª Emissão 1,2 BI - 1 Série	27.245	300.000	327.245	300.000	627.245	Sim	19/08/21	Fidejussória	CDI	1,45%	15/02/25	Semestral	15/08/25	15/08/26	Anual	SAC
1ª Emissão 300MM- 2 Série	7.332	-	7.332	363.434	370.766	Sim	19/08/21	Fidejussória	IPCA	5,44%	15/02/25	Semestral	15/08/28	15/09/29	Anual	Outro(vide cronograma)
2ª Debêntures - 250M	753	-	753	274.533	275.286	Sim	23/12/22	Aval/Fiança	CDI	1,08%	15/06/25	Semestral	15/12/29	15/12/29	Bullet	Bullet(final)
3ª Debêntures - 180MM	5.719	-	5.719	191.101	196.820	Sim	09/08/23	Aval/Fiança	IPCA	6,50%	15/01/25	Semestral	15/07/29	15/07/30	Anual	Outro(vide cronograma)
4ª Debêntures - 1Bi	6.747	-	6.747	1.000.000	1.006.747	Sim	20/12/23	Aval/Fiança	CDI	1,65%	11/06/25	Semestral	11/12/27	11/12/29	Semestral	Price
5ª Debêntures - 250 MM	1.874	-	1.874	255.381	257.255	Sim	15/05/24	Aval/Fiança	IPCA	6,56%	15/05/25	Semestral	16/05/33	15/05/36	Anual	Outro(vide cronograma)
6ª Debêntures - 500 MM	22.833	-	22.833	500.000	522.833	Sim	09/08/24	Quirografária	CDI	1,05%	05/02/25	Semestral	05/08/28	05/08/30	Anual	Outro(vide cronograma)
7ª Debêntures - 420 MM	6.461	-	6.461	425.447	431.908	Sim	15/09/24	Quirografária	IPCA	6,65%	15/03/25	Semestral	15/09/33	15/09/36	Anual	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 1ª Debêntures - 1.200 MM	-	(1.302)	(1.302)	(4.775)	(6.077)	Sim	19/08/21	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/08/26	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 2ª Debêntures - 300 MM	-	(60)	(60)	(241)	(301)	Sim	23/12/22	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/12/29	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 3ª Debêntures - 180MM	-	(15)	(15)	(5.386)	(5.401)	Sim	31/12/23	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/07/30	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 4ª Debêntures - 1Bi	-	(627)	(627)	(2.509)	(3.136)	Sim	31/12/23	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	11/12/29	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 5ª Debêntures - 250 MM	-	(807)	(807)	(8.471)	(9.278)	Sim	15/05/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/05/36	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 6ª Debêntures - 500 MM	-	(268)	(268)	(1.250)	(1.518)	Sim	09/08/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	05/08/30	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação DEB 7ª Debêntures - 420 MM	-	-	-	(16.048)	(16.048)	Sim	15/09/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/09/36	Mensal	Outro(vide cronograma)
Custo Captação BNDES	-	(354)	(354)	(3.941)	(4.295)	Sim	27/09/23	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/12/36	Mensal	Outro(vide cronograma)
Santander - CCB	4.080	-	4.080	400.000	404.080	Sim	29/11/24	Aval/Fiança	CDI	1,10%	30/05/25	Semestral	29/11/27	29/11/27	Anual	Bullet(final)
Diversos	-	934	934	2.703	3.637	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	934	934	2.703	3.637	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	942	129.491	130.433	2.638.250	2.768.683	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS - Parcelamento RFB	168	2.140	2.308	4.967	7.275	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS - Parcelamento RFB	774	9.857	10.631	22.877	33.508	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento ICMS	-	117.494	117.494	2.610.406	2.727.900	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	80.914	80.914	720.421	801.335	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Privada	-	80.914	80.914	720.421	801.335	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	9.952	-	9.952	1.039.025	1.048.977	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	93.828	312.818	406.646	4.246.039	4.652.685	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos (Arrendamentos)	-	934	934	2.703	3.637	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total empréstimos, financiamentos e debentures	103.780	313.752	417.532	5.287.767	5.705.299	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	942	129.491	130.433	2.638.250	2.768.683	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	80.914	80.914	720.421	801.335	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	2026	2027	2028	2029	2030	2031+	Total
Financiamento / Empréstimos em moeda estrangeira	74.308	964.717	-	-	-	-	1.039.025
Citibank USD 120 MM	74.308	668.768	-	-	-	-	743.076
BOFA USD 48 MM	-	295.949	-	-	-	-	295.949
Financiamento / Empréstimos em moeda nacional	312.818	1.012.818	761.202	1.131.715	271.804	755.682	4.246.039
1ª Nota Comercial	-	400.000	-	-	-	-	400.000
BNDES 2023	16.251	16.251	16.251	16.251	16.251	97.509	178.764
1ª Emissão 1.2 BI - 1 Série	300.000	-	-	-	-	-	300.000
1ª Emissão 300MM- 2 Série	-	-	181.717	181.717	-	-	363.434
2ª Debêntures - 250M	-	-	-	274.533	-	-	274.533
3ª Debêntures - 180MM	-	-	-	95.550	95.551	-	191.101
4ª Debêntures - 1Bi	-	200.000	400.000	400.000	-	-	1.000.000
5ª Debêntures - 250 MM	-	-	-	-	-	255.381	255.381
6ª Debêntures - 500 MM	-	-	166.667	166.667	166.666	-	500.000
7ª Debêntures - 420 MM	-	-	-	-	-	425.447	425.447
Custo Captação DEB 1ª Debêntures - 1.200 MM	(1.302)	(1.302)	(1.302)	(869)	-	-	(4.775)
Custo Captação DEB 2ª Debêntures - 300 MM	(60)	(60)	(60)	(61)	-	-	(241)
Custo Captação DEB 3ª Debêntures - 180MM	(15)	(15)	(15)	(16)	(5.325)	-	(5.386)
Custo Captação DEB 4ª Debêntures - 1Bi	(627)	(627)	(627)	(628)	-	-	(2.509)
Custo Captação DEB 5ª Debêntures - 250 MM	(807)	(807)	(807)	(807)	(807)	(4.436)	(8.471)
Custo Captação DEB 6ª Debêntures - 500 MM	(268)	(268)	(268)	(268)	(178)	-	(1.250)
Custo Captação DEB 7ª Debêntures - 420 MM	-	-	-	-	-	(16.048)	(16.048)
Custo Captação BNDES	(354)	(354)	(354)	(354)	(354)	(2.171)	(3.941)
Santander – CCB	-	400.000	-	-	-	-	400.000
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	119.046	130.755	108.049	112.903	-	2.167.497	2.638.250
PIS - Parcelamento RFB	2.308	2.308	351	-	-	-	4.967
COFINS - Parcelamento RFB	10.631	10.631	1.615	-	-	-	22.877
Parcelamento ICMS	106.107	117.816	106.083	112.903	-	2.167.497	2.610.406

9.2 Abertura dos ativos financeiros

Instituição/Linha Devedora	Principal + juros CP	Total
Ativos financeiros	885.845	885.845
Caixa e aplicações financeiras	885.845	885.845
Saldo final de caixa	43.433	43.433
Aplicação financeira. CDB	40.496	40.496
Subtotal caixa e equivalentes	83.929	83.929
Aplicação financeira fundos DI	801.916	801.916

9.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
Total derivativos						1.737.560	144.656
Swap	Itaú	23/12/2022	15/12/2029	IPCA + 7,1498% a.a.	CDI + 1,08% a.a.	250.000	7.242
Swap	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ + Sofr + 1,09% a.a.	CDI + 1,85% a.a.	583.800	141.670
Swap	BOFA	06/07/2023	29/01/2027	US\$ + 6,7882% a.a.	CDI + 1,8475% a.a.	233.760	55.256
Swap	XP	19/06/2024	15/05/2036	IPCA + 6,5596% a.a.	CDI + 0,29% a.a.	250.000	(24.061)
Swap	BTG	19/08/2021	15/08/2026	USD + 6,6493% a.a.	CDI + 0,24% a.a.	420.000	(35.451)

Ativo circulante	1.820
Ativo não circulante	202.348
Passivo circulante	(706)
Passivo não circulante	(58.806)
Efeito líquido total	144.656

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros	Principal	Principal + juros não	Total	Total
	circulante	circulante	circulante	2024	2023
(+) Dívida bruta	104.722	524.863	8.705.244	9.334.829	8.189.882
Financ. / Emprést. moeda estrangeira	9.952	-	1.039.025	1.048.977	1.077.301
Financ. / Emprést. moeda nacional	93.828	312.818	4.246.039	4.652.685	3.350.074
Tributária	942	129.491	2.638.250	2.768.683	2.629.031
Fundo de Pensão	-	80.914	720.421	801.335	1.048.441
Diversos	-	934	2.703	3.637	3.450
Derivativos a pagar	-	706	58.806	59.512	81.585
(-) Ativos financeiros	-	(887.665)	(202.348)	(1.090.013)	(1.343.947)
Alta liquidez	-	(83.929)	-	(83.929)	(464.985)
Demais aplicações financeiras	-	(801.916)	-	(801.916)	(855.204)
Derivativos a receber	-	(1.820)	(202.348)	(204.168)	(23.758)
Dívida líquida	104.722	(362.802)	8.502.896	8.244.816	6.845.935

10 Tributos a recolher

	2024	2023
Circulante		
IRPJ e CSLL	1.268	839
PIS e COFINS	10.997	132.312
ICMS	24.031	30.103
ISS	4.503	4.135
Encargos sociais e outros	21.352	24.434
Parcelamento de tributos	130.433	106.932
Total circulante	192.584	298.755
Não circulante		
Parcelamento de tributos	2.638.250	2.522.099
Total não circulante	2.638.250	2.522.099
Total	2.830.834	2.820.854

11 Tributos diferidos

11.1 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Outorgada não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Outorgada apresentou o saldo de R\$ 2.842.895 (R\$ 2.645.637 em 31 de dezembro de 2023) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.135.710	2.033.928	7.437.242	1.859.311
Base negativa de CSLL	8.139.357	732.542	7.440.608	669.655
Diferenças temporárias	224.779	76.425	343.151	116.671
Total	16.499.846	2.842.895	15.221.001	2.645.637

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Provisões para litígios

A Outorgada é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	368.682	6.721	361.485	13.378
Fiscais	593	721	547	639
Trabalhistas	471.961	220.885	434.418	216.588
Regulatório	8.672	-	68.164	-
Ambiental	36.944	-	33.554	-
Total	886.852	228.327	898.168	230.605
Circulante	390.829	4.504	407.326	4.714
Não circulante	496.023	223.823	490.842	225.891

12.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2023		2024				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	
Cíveis i)	361.485	35.629	(30.014)	(24.173)	25.755	-	368.682
Fiscais ii)	547	1	(1)	-	46	-	593
Trabalhistas iii)	434.418	100.753	(91.072)	(56.096)	83.958	-	471.961
Regulatório iv)	68.164	-	(11.005)	-	13.972	(62.459)	8.672
Ambiental v)	33.554	200	(9)	-	3.199	-	36.944
Total contingências	898.168	136.583	(132.101)	(80.269)	126.930	(62.459)	886.852

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no exercício;
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e
(4) Refere-se a reclassificação das multas aplicadas pela AGERGS, provisionadas no exercício de 2023, acrescidas de atualização monetária, para o grupo de Outras Contas a Pagar – conta de autos de infração. Tais multas encontram-se em discussão administrativamente e não estão judicializadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis (i)	109.295	109.858
Fiscais (ii)	113.364	95.426
Trabalhistas (iii)	6.518	4.682
Total	229.177	209.966

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

A Companhia figura como ré em 10.634 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (9.771 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua grande maioria, referem-se ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, repetição do indébito por má-classificação tarifária, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica (eletroplessão) ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Esses processos são avaliados como prováveis, no montante de R\$ 368.682 (R\$ 361.485 em 31 de dezembro de 2023).

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 244.282 (R\$ 223.253 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Debêntures (a)	244.282	223.253
Falha no fornecimento	32.991	38.005
Desclassificação na secagem de fumo	4.599	19.283
Classificação tarifária	21.872	18.368
Quebra de contrato	20.163	10.354
Portaria DNAEE	6.098	9.560
Fraude Questionada	5.574	6.866
Falha no atendimento	2.449	6.539
Declaração de direitos reais	10.200	5.896
Cobrança indevida	5.736	5.181
Outras	14.718	18.180
Total	368.682	361.485

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 109.295 (R\$ 109.858 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 69.267 (R\$ 63.645 em 31 de dezembro de 2023). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Debêntures (a)	69.267	63.645
Desclassificação na secagem de fumo	1.881	6.455
Falha no fornecimento	4.054	9.171
Fraude questionada	3.016	4.075
Quebra de contrato	3.055	2.649
Portarias DNEEE 38/86 e 45/86	5.089	4.822
Cobrança indevida	6.247	5.766
Acidente com terceiros	1.789	1.774
Falha no atendimento	653	1.230
Corte indevido	979	951
Outras	13.265	9.320
Total	<u><u>109.295</u></u>	<u><u>109.858</u></u>

- (a) Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

ii) Fiscais

A Companhia figura como ré em 508 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (462 processos em 31 de dezembro de 2023).

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tributos municipais	542	504
PIS/COFINS	46	43
Exibição de documentos	5	-
Total	<u><u>593</u></u>	<u><u>547</u></u>

Além dos processos provisionados, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 113.364 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 95.426 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são de estorno dos créditos do PIS e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e contribuição de iluminação pública, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tributos federais	82.154	69.863
Tributos estaduais	1.197	18
Tributos municipais	29.769	25.365
Resguardo de direito	125	106
Título judicial	85	74
Outros	34	-
Total	<u><u>113.364</u></u>	<u><u>95.426</u></u>

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

iii) Trabalhistas

O passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 7.163 reclamatórias em trâmite e ajuizadas (6.836 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Horas extras	150.337	125.825
Responsabilidade subsidiária	49.889	57.958
Responsabilidade solidária	33.498	31.604
Dispensas PAE	36.878	31.139
Ex-autárquico	29.329	27.773
Danos morais	34.501	26.758
FGTS	18.033	22.664
Diferença salarial	14.432	15.626
Adicional penosidade	13.185	15.227
Acidente de trabalho	7.148	7.857
Outros	84.731	71.987
Total	471.961	434.418

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 6.518 (R\$ 4.682 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

iv) Regulatórios

A Companhia figura como ré em 171 processos regulatórios em 31 de dezembro de 2024 (206 processos em 31 de dezembro de 2023), no montante de R\$ 8.672 (R\$ 68.164 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Compra e venda de energia (a)	8.653	17.985
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	5	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2	-
Ilegalidade - Parcela A	12	15
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) (b)	-	50.164
Total	8.672	68.164

- (a) Processo ingressado para cobrar indenização da CEEE-D por atraso na formalização da rescisão de contrato de Geração Distribuída; e
- (b) Refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento. O valor de R\$ 62.459, referente a 31 de dezembro de 2024, foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar.

v) Ambientais

A Companhia figura como ré em 104 processos ambientais em 31 de dezembro de 2024 (110 processos em 31 de dezembro de 2023). O valor de R\$ 36.944 (R\$ 33.354 em 31 de dezembro de 2023) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	0,33%	(309.752)	(479.001)	(788.753)
Participação da União, Estados e Municípios		(937)	(1.621)	(2.558)
Participação Financeira do Consumidor		(225.575)	(236.949)	(462.524)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(28.241)	(48.563)	(76.804)
Pesquisa e Desenvolvimento		(354)	(101)	(455)
Universalização Serv. Público. de Energia Elétrica		(53.508)	(92.475)	(145.983)
Outros		(1.137)	(99.292)	(100.429)
(-) Amortização Acumulada – AIS		115.207	233.651	348.858
Participação da União, Estados e Municípios		563	1.229	1.792
Participação Financeira do Consumidor		75.834	124.222	200.056
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		9.269	15.393	24.662
Pesquisa e Desenvolvimento		124	43	167
Universalização Serv. Público de Energia Elétrica		30.371	64.574	94.945
Outros		1.407	25.829	27.236
Total		(192.184)	(247.711)	(439.895)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferê ncias (C)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)	Amorti zação Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Em serviço	(772.505)	-	(16.248)	(788.753)	(16.248)	348.858	(439.895)	(457.020)
Participação da União, Estados e Municípios	(2.557)	-	-	(2.557)	-	1.792	(765)	(916)
Participação Financeira do Consumidor	(446.276)	-	(16.248)	(462.524)	(16.248)	200.056	(262.468)	(267.238)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(76.804)	-	-	(76.804)	-	24.662	(52.142)	(54.394)
Pesquisa e Desenvolvimento	(457)	-	-	(457)	-	167	(290)	(312)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(145.982)	-	-	(145.982)	-	94.945	(51.037)	(59.173)
Outros	(100.429)	-	-	(100.429)	-	27.236	(73.193)	(74.987)
(-) Amortização acumulada – AIS	315.485	33.373	-	348.858	33.373	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	1.641	151	-	1.792	151	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	179.038	21.018	-	200.056	21.018	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	22.410	2.252	-	24.662	2.252	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	145	22	-	167	22	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	86.809	8.136	-	94.945	8.136	-	-	-
Outros	25.442	1.794	-	27.236	1.794	-	-	-
Em curso	(93.553)	(17.166)	16.248	(94.471)	(918)	-	(94.471)	(93.553)
Participação da União, Estados e Municípios	(85.771)	(17.166)	16.248	(86.689)	(918)	-	(86.689)	(85.771)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.238)	-	-	(2.238)	-	-	(2.238)	(2.238)
Outros	(5.544)	-	-	(5.544)	-	-	(5.544)	(5.544)
Total	(550.573)	16.207	-	(534.366)	16.207	348.858	(534.366)	(550.573)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Passivo a descoberto

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 representa R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2023) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
		%		%		%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	95,35%	1.087	0,66%	64.921.670	95,12%
Eletrobras	3.067.033	4,50%	87.638	53,44%	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	0,15%	75.289	45,90%	178.589	0,26%
Total	68.090.916	100,00%	164.014	100,00%	68.254.930	100,00%

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

Receita Bruta	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento – Faturado (Consumidores cativos)	1.956.124	1.922.493	6.613.030	6.575.317	4.957.383	4.860.071
Residencial	1.680.109	1.647.261	3.753.425	3.532.123	2.843.060	2.636.155
Industrial	3.270	3.322	197.312	248.540	173.899	190.680
Comercial	170.296	169.832	1.525.781	1.577.169	1.206.399	1.254.679
Rural	92.389	92.340	533.839	528.547	330.929	323.408
Poder público	8.411	8.112	259.129	292.438	210.989	226.404
Iluminação pública	564	482	203.816	212.747	94.348	94.232
Serviço público	909	963	133.594	176.969	97.759	134.513
Outros	176	181	6.134	6.784	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	187.133	150.700
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	1.395	729	2.177.538	1.958.776	617.416	551.203
Consumidores Livres	1.395	729	2.177.538	1.958.776	599.297	532.481
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	18.119	18.722
(-) Transferências	-	-	-	-	(29.554)	(22.902)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(15.198)	(9.671)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(14.356)	(13.231)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(3.085)	(9.548)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	189.893	(125.928)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(28.179)	(1.067)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	298.207	302.945
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	8.810	14.759
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	330.511	248.057
Outras receitas	-	-	-	-	-	29.921
Total	1.957.519	1.923.222	8.790.568	8.534.093	6.528.535	5.998.211

(*) Informação não auditada.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Outorgada efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	(192.893)	(13.475)	(299.898)	(20.705)
Compra estimada (a)	-	-	(9.732)	(723)
Total	(192.893)	(13.475)	(309.630)	(21.428)

(*) referente ao período de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2024 (2023 - período de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2023).

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Venda	477.057	64.025	823.554	60.627
Venda estimada (a)	17.231	1.117	-	-
Total	494.288	65.142	823.554	60.627

(*) Informação não auditada.

(a) referente ao período de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2024 (2023 - período de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2023).

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

17 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal	(115.773)	(227.729)
Remuneração	(89.135)	(87.572)
Encargos	(17.836)	(34.294)
Previdência privada - Corrente	(3.059)	(101.724)
Despesas rescisórias	(8.264)	(17.324)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(5.244)	(4.649)
Outros benefícios - Corrente	(33.145)	(28.955)
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(269)	-
Outros	41.179	46.789
Administradores	(3.085)	(2.639)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(2.461)	(1.198)
Benefícios dos Administradores	(624)	(1.441)
Total	(118.858)	(230.368)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	(517.386)	(493.352)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	29.509	41.793
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	(165.878)	(153.530)
Efeitos fiscais sobre:		
Provisão para litígios	17.388	14.445
PECLD	41.930	11.320
Ajuste a valor presente	1.991	(10.483)
SWAP	(99.151)	12.078
Valor novo de reposição – VNR	(10.075)	(8.431)
Provisão atuarial	(3.161)	8.964
Arrendamentos – CPC06 (R2)/IFRS 16	64	(446)
Provisão para participação nos lucros	415	(281)
Variação cambial	-	(1.083)
Provisão para perda de estoque	(4.979)	22.220
Outras provisões	3.040	614
Outras permanentes	(31.497)	(22.766)
Total	(84.035)	26.151
Prejuízo fiscal/ base negativa de CSLL	(249.913)	(127.379)
IRPJ e CSLL diferido do exercício (a)	48.989	138.185

- (a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A Companhia optou por utilizar o crédito prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% no parcelamento de tributos federais conforme estabelecido pela Lei. O referido imposto diferido foi reconhecido no resultado e consumido dentro do próprio ano.

19 Revisão e reajuste tarifários

19.1 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2021

As metodologias aplicáveis as Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica estão contidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária.

Na 33ª Reunião Pública Ordinária, realizada em 08 de setembro de 2021, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, unanimemente, instaurar Consulta Pública de nº 058/2021 com vistas a colher subsídios e informações para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica da CEEE-D, a vigorar a partir de 22 de novembro de 2021, e definir os limites dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, entre 2022 e 2026. O período de contribuições se estendeu de 09 de setembro a 08 de outubro de 2021, com reunião virtual em 30 de setembro de 2021 (Audiência Pública nº 026/2021). Após avaliar as contribuições recebidas durante a Consulta Pública nº 58/2021, a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT encaminhou, em 10 de novembro de 2021, a proposta final da 5ª Revisão Tarifária à CEEE-D e ao Conselho de Consumidores da Concessionária. Foram realizadas reuniões virtuais, em função da pandemia de coronavírus, com a concessionária e com seu conselho de consumidores, respectivamente em 08 e 11 de novembro, para discussão sobre o cálculo da revisão.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD, pela Nota Técnica nº 124/2021-SRD/ANEEL, de 10 de novembro de 2021, analisou as contribuições recebidas na Consulta Pública e apresentou proposta, para fixar os limites para os indicadores DEC e FEC dos conjuntos de unidades consumidoras da CEEE-D, de 2022 a 2026. Quanto à Base de Remuneração, os valores foram informados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, por intermédio do Memorando nº 345/2021-SFF/ANEEL, de 12 de novembro de 2021.

Em 08 de novembro de 2021, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD enviou, por meio do Memorando nº 269/2021-SRD/ANEEL, a apuração das perdas na distribuição da CEEE-D, consolidada pela Nota Técnica nº 122/2021-SRD/ANEEL.

A SGT, mediante a Nota Técnica nº 257/2021-SGT/ANEEL, de 10 de novembro de 2021, consolidou e submeteu à Diretoria Colegiada proposta da quinta revisão tarifária periódica de 2021 da CEEE-D após análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 058/2021 e na Audiência Pública nº 026/2021. Na 33ª Reunião Pública Ordinária, realizada em 08 de setembro de 2021, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, com base na legislação vigente, no Contrato de Concessão nº 081/1999 e no que constam dos Processos nº 48500.004615/2020-52 e nº 48500.002667/2021-75, por aprovar o resultado da revisão tarifária periódica de 2021 da CEEE-D.

Conforme o Contrato de Concessão nº 81/1999, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da CEEE-D, a 5ª revisão tarifária periódica da Concessionária ocorreu em 21 de novembro de 2021. Com efeito, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, por meio da Resolução Homologatória Nº 2.972 de 16 de novembro de 2021 o resultado da 5ª Revisão Tarifária Periódica da Outorgada, que entrou em vigor partir de 22 de novembro de 2021, e que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 14,62%.

19.2 Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.413 de 19 de novembro de 2024 as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2024, correspondendo a um efeito médio de 4,67%, percebido pelos consumidores.

19.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando a definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	6.311.301.773
(2) Índice de Aproveitamento Integral	22.556.166
(3) Obrigações Especiais Bruta	765.950.268
(4) Bens Totalmente Depreciados	622.769.387
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	4.900.025.952
(6) Depreciação Acumulada	2.885.564.156
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	3.425.737.618
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	16.428.738
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	3.409.308.879
(10) Almoxarifado em Operação	894.827
(12) Obrigações Especiais Líquida	509.072.351
(13) Terrenos e Servidões	52.328.680
(14) Base de Remuneração líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)-(12)+(13)	2.953.460.035
(15) Saldo RGR PLPT	761.519
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	8.754.198
(17) Taxa de Depreciação	3,85%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	188.650.999
(19) WACC real antes de impostos	10,64%
(20) Taxa RGR PLPT	2,28%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,28%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	11.971.759
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+((14)-(15)-(16))*(19)+(22)	325.290.198

19.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado de Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	421.123.063
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	189.505.379
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	50.534.768
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	181.082.917
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	19.795.586
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	9.906.549
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	43.796.066
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	73.498.201

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita Verificada*
	Último IRT*(2024)	
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	3.802.377.447	3.833.167.328
1.1. Encargos Setoriais	1.005.693.156	986.553.131
TESEE	5.422.353	4.957.935
CDE	742.332.423	710.836.507
PROINFA	87.959.590	90.815.648
P&D (Eficiência Energética)	40.826.149	38.676.748
ESS	129.152.641	141.266.293
1.2. Transmissão	797.175.548	858.100.088
Rede Básica	555.500.359	610.108.287
Rede Básica Fronteira	123.116.665	107.316.221
Rede Básica ONS (A2)	270.786	272.004
Conexão	51.994.817	53.040.324
MUST Itaipu	25.230.729	28.988.101
Transporte de Itaipu	41.062.192	58.375.151
1.3. Compra de Energia	1.959.004.393	1.952.338.566
CCEAR	1.318.960.938	1.336.397.715
Itaipu (tirando as perdas)	324.908.242	312.631.694
Bilateral	12.931.735	11.253.816
Cota Angra I/Angra II	100.141.043	88.028.168
Cotas Lei n ° 12783/2013	202.062.435	204.027.173
1.4. Receita Irrecuperável	40.504.350	36.175.543
2. PARCELA B		
3. Reposicionamento Econômico	1,06%	6,76%
4. Componentes Financeiros	-6,45%	-10,16%
5. Reposicionamento com Financeiros	-5,39%	-3,40%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	10,05%	1,99%
7. Efeito para Consumidor	4,67%	-1,41%

*valores em reais

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração de resultado regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		83.929	-	83.929	464.985	-	464.985
Consumidores	20.1 / 20.5.3	1.030.115	11.371	1.041.486	972.039	(1.961)	970.078
Concessionárias e permissionárias	20.1	33.442	(33.442)	-	13.780	(13.780)	-
Serviços pedidos	20.1	63.825	74.712	138.537	75.826	46.350	122.176
Tributos compensáveis		304.591	-	304.591	455.376	-	455.376
Depósitos judiciais e cauções		4.504	-	4.504	4.714	-	4.714
Almoxarifado operacional		17.078	-	17.078	13.143	-	13.143
Investimento temporários		801.916	-	801.916	855.204	-	855.204
Ativos financeiros setoriais	20.2	558.544	(558.544)	-	564.327	(564.327)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	8.951	(8.951)	-	8.114	(8.114)	-
Encargos setoriais a compensar	20.1	-	-	-	3.414	(3.414)	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	1.820	(706)	1.114	59	(59)	-
Outros ativos circulantes	20.1	205.627	(47.895)	157.732	197.783	(19.839)	177.944
Total do ativo circulante		3.114.342	(563.455)	2.550.887	3.628.764	(565.144)	3.063.620
Não circulante							
Consumidores		129.560	-	129.560	144.455	-	144.455
Serviços em curso		37.363	-	37.363	13.038	-	13.038
Tributos compensáveis		326.816	-	326.816	341.793	-	341.793
Depósitos judiciais e cauções		223.823	-	223.823	225.891	-	225.891
Ativos financeiros setoriais	20.2	438.244	(248.840)	189.404	175.915	(175.915)	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	26	(26)	-
Bens e Direitos para Uso Futuro	20.5	2	(2)	-	2	(2)	-
Instrumentos financeiros derivativos		202.348	(58.806)	143.542	23.699	(23.699)	-
Benefício pós emprego		10	-	10	-	-	-
Outros ativos não circulantes	20.1	-	-	-	-	26	26
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		3.465	(3.465)	-	3.465	(3.465)	-
Imobilizado	20.5	5.120.440	(5.120.440)	-	4.629.556	(4.629.556)	-
Intangível	20.5	207.914	2.403.371	2.611.285	108.761	2.079.953	2.188.714
Direito de uso	20.5	-	3.376	3.376	-	3.376	3.376
Ativo contratual	20.5	-	1.213.912	1.213.912	-	1.061.547	1.061.547
Ativo financeiro de concessão	20.3 / 20.5	-	782.759	782.759	-	609.396	609.396
Total do ativo não circulante		6.689.985	(1.028.135)	5.661.850	5.666.601	(1.078.365)	4.588.236
Total do ativo		9.804.327	(1.591.590)	8.212.737	9.295.365	(1.643.509)	7.651.856

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	20.1	586.810	-	586.810	623.360	-	623.360
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	417.532	(934)	416.598	652.747	(611)	652.136
Passivo de arrendamento	20.1	-	934	934	-	611	611
Obrigações sociais e trabalhistas		16.879	(906)	15.973	22.752	10.006	32.758
Benefício pós emprego	20.1 / 20.5	80.914	-	80.914	82.304	-	82.304
Tributos a recolher		192.584	(4.412)	188.172	298.755	(15.529)	283.226
Provisão para litígios		390.829	-	390.829	407.326	-	407.326
Encargos setoriais	20.2	38.778	-	38.778	78.176	-	78.176
Passivos financeiros setoriais	20.1	873.966	(558.544)	315.422	671.029	(564.327)	106.702
Instrumentos financeiros derivativos		706	(706)	-	37.737	(59)	37.678
Outros passivos circulantes	20.1	184.869	(21.259)	163.610	513.145	(389.731)	123.414
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	18.036	18.036	-	40.540	40.540
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	-	-	-	349.220	349.220
Participação nos lucros	20.1	-	4.967	4.967	-	5.271	5.271
Total do passivo circulante		2.783.867	(562.824)	2.221.043	3.387.331	(564.609)	2.822.722
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	5.287.767	(2.703)	5.285.064	3.778.078	(2.839)	3.775.239
Passivo de arrendamento	20.1	-	2.703	2.703	-	2.839	2.839
Benefício pós emprego		720.421	-	720.421	966.137	-	966.137
Tributos a recolher		2.638.250	-	2.638.250	2.522.099	-	2.522.099
Provisão para litígios		496.023	-	496.023	490.842	-	490.842
Encargos setoriais		84.133	-	84.133	39.350	-	39.350
Tributos diferidos	20.7	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	20.2	248.840	(248.840)	-	383.827	(175.915)	207.912
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	58.806	(58.806)	-	43.848	(23.699)	20.149
Obrigações vinculadas à concessão	20.5	534.366	(534.366)	-	550.573	(550.573)	-
Outros passivos não circulantes	20.1	383.434	(230.481)	152.953	159.205	(126.601)	32.604
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	230.478	230.478	-	126.599	126.599
Total do passivo não circulante		10.452.040	(842.015)	9.610.025	8.933.959	(750.189)	8.183.770
Patrimônio líquido							
Capital social		3.385.861	-	3.385.861	3.385.861	-	3.385.861
Reserva de Capital		1.570	-	1.570	1.296	-	1.296
Outros resultados abrangentes	20.4.1	(300.425)	(774.368)	(1.074.793)	(362.893)	(886.819)	(1.249.712)
Prejuízos acumulados	20.6	(6.518.586)	587.617	(5.930.969)	(6.050.189)	558.108	(5.492.081)
Total do patrimônio líquido		(3.431.580)	(186.751)	(3.618.331)	(3.025.925)	(328.711)	(3.354.636)
Total do passivo e patrimônio líquido		9.804.327	(1.591.590)	8.212.737	9.295.365	(1.643.509)	7.651.856

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		6.528.535	1.097.409	7.625.944	5.998.211	812.731	6.810.942
Fornecimento de energia elétrica	20.1 / 20.5.3	4.954.298	290.012	5.244.310	4.850.523	232.927	5.083.450
Suprimento de energia elétrica		187.133	-	187.133	150.700	-	150.700
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		617.416	-	617.416	551.203	-	551.203
Ativos e passivos financeiros setoriais		430.367	-	430.367	153.048	-	153.048
Serviços cobráveis	20.1	8.810	(8.810)	-	14.759	(14.759)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		330.511	(330.511)	-	248.057	(248.057)	-
Outras receitas	20.1	-	197.876	197.876	29.921	187.353	217.274
Atualização Ativo Financeiro	20.5.4	-	29.630	29.630	-	24.796	24.796
Receita de construção	20.5.3	-	919.212	919.212	-	630.471	630.471
Tributos		(1.405.841)	(12.230)	(1.418.071)	(1.254.005)	(15.670)	(1.269.675)
ICMS	20.1 / 20.5.3	(920.983)	98	(920.885)	(808.203)	(392)	(808.595)
PIS-PASEP	20.1	(82.591)	(2.199)	(84.790)	(54.489)	(24.848)	(79.337)
COFINS	20.1	(402.117)	(10.129)	(412.246)	(391.284)	9.570	(381.714)
ISS		(150)	-	(150)	(29)	-	(29)
Encargos - Parcela "A"		(787.655)	(80.230)	(867.885)	(715.235)	(33.197)	(748.432)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(21.675)	-	(21.675)	(19.322)	-	(19.322)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(21.675)	(92)	(21.767)	(19.322)	-	(19.322)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(739.216)	-	(739.216)	(672.172)	-	(672.172)
Taxa de fiscalização		(5.089)	92	(4.997)	(4.419)	-	(4.419)
Outros encargos	20.1	-	(80.230)	(80.230)	-	(33.197)	(33.197)
Receita líquida / Ingresso líquido		4.335.039	1.004.949	5.339.988	4.028.971	763.864	4.792.835
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(3.110.432)	(919.212)	(4.029.644)	(2.826.022)	(630.471)	(3.456.493)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.119.931)	(990.501)	(3.110.432)	(1.864.442)	(961.580)	(2.826.022)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(990.501)	990.501	-	(961.580)	961.580	-
Encargos e demais despesas setoriais		-	-	-	-	-	-
Custo de construção	20.5.3	-	(919.212)	(919.212)	-	(630.471)	(630.471)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.224.607	85.737	1.310.344	1.202.949	133.393	1.336.342
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(994.078)	(31.602)	(1.025.680)	(971.927)	(58.928)	(1.030.855)
Pessoal e administradores	20.1	(118.858)	973	(117.885)	(230.368)	835	(229.533)
Material	20.1	(20.642)	-	(20.642)	(9.468)	-	(9.468)
Serviços de terceiros	20.1	(409.256)	6.540	(402.716)	(337.898)	(916)	(338.814)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(6.929)	1.563	(5.366)	(8.586)	1.439	(7.147)
Seguros	20.1	(563)	563	-	(401)	401	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(5.385)	5.385	-	(1.121)	1.121	-
Provisões	20.1	(237.723)	65.653	(172.070)	(127.617)	(608)	(128.225)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.1	(64.862)	-	(64.862)	(41.836)	-	(41.836)
(-) Recuperação de despesas	20.1	14.550	(14.550)	-	12.586	(12.586)	-
Tributos	20.1	(4.600)	4.600	-	(3.803)	3.803	-
Depreciação e amortização	20.1 / 20.4.2	(156.693)	(1.587)	(158.280)	(164.152)	15.286	(148.866)
Gastos diversos	20.1	(127.393)	119.275	(8.118)	(108.811)	108.490	(321)
Outras Receitas Operacionais	20.1	257.199	(112.043)	145.156	151.463	(108.222)	43.241
Outras Despesas Operacionais	20.1 / 20.4.2	(112.923)	(107.974)	(220.897)	(101.915)	(67.971)	(169.886)
Resultado da Atividade		230.529	54.135	284.664	231.022	74.465	305.487
Resultado Financeiro		(747.915)	(24.626)	(772.541)	(724.374)	(32.672)	(757.046)
Despesas financeiras		(1.543.241)	-	(1.543.241)	(1.218.438)	-	(1.218.438)
Receitas financeiras	20.1	795.326	(24.626)	770.700	494.064	(32.672)	461.392
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(517.386)	29.509	(487.877)	(493.352)	41.793	(451.559)
Despesa com impostos sobre o lucro	20.7	48.989	-	48.989	138.185	(138.185)	-
Resultado líquido do exercício		(468.397)	29.509	(438.888)	(355.167)	(96.392)	(451.559)

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativo financeiro de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Outorgada, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Outorgada é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Prejuízos acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do passivo a descoberto societário e regulatório.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Conciliação do passivo a descoberto societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) societário	(3.618.331)	(3.354.636)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	186.751	328.711
Efeito Reavaliação regulatória compulsória (a)	774.368	886.819
Ajustes no prejuízo devido às diferenças entre societário e regulatório	(587.617)	(558.108)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) regulatório	(3.431.580)	(3.025.925)

(a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária.

22 Conciliação do prejuízo líquido societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido societário	(438.888)	(451.559)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(29.509)	96.392
Depreciação– Nota explicativa 20.4.1/2.4.2	24	(16.751)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – Nota explicativa 20.5.1	(29.630)	(24.796)
Efeito IFRS 15 – Nota explicativa 20.5.3	97	(246)
Tributo diferido – Nota explicativa 20.7	-	138.185
Prejuízo líquido regulatório	(468.397)	(355.167)

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Thiago Wolf Pereira

Suplentes

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Dorgival Soares da Silva

Rafael de Souza Morsch

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS